



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

EVILLA DO SOCORRO OLIVEIRA DE SOUZA

**Patrimônio cultural:** os monumentos de Belém/PA  
como fonte de informação histórica

Belém/PA

2019

EVILLA DO SOCORRO OLIVEIRA DE SOUZA

**Patrimônio cultural:** os monumentos de Belém/PA  
como fonte de informação histórica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará, como requisito obrigatório para obtenção de grau de Bacharel em Biblioteconomia. Orientadora: Profa. Dra. Marise Teles Condurú.

Belém/PA

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

S719p Souza, Evilla do Socorro Oliveira de  
Patrimônio cultural: os monumentos de Belém/PA como fonte de informação histórica / Evilla do Socorro Oliveira de Souza. — 2019.  
56 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Marise Teles Condurú  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Faculdade de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Sistemas de recuperação da informação. 2. Patrimônio histórico - Belém (PA). 3. Fontes de referência - Belém (PA). 4. Monumentos. I. Título.

CDD 025.04

---

EVILLA DO SOCORRO OLIVEIRA DE SOUZA

**Patrimônio cultural:** os monumentos de Belém/PA  
como fonte de informação histórica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Faculdade de Biblioteconomia da Universidade  
Federal do Pará, como requisito obrigatório para  
obtenção de grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Avaliado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_ - Orientadora

**Marise Teles Condurú**  
Dra. em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental  
Universidade Federal do Pará

\_\_\_\_\_ - Membro

**Franciele Marques Redigolo**  
Dra. em Ciência da Informação e Dra. em Gestión de la Información  
Universidade Federal do Pará

\_\_\_\_\_ - Membro

**Hamilton Vieira de Oliveira**  
Dr. em Ciência da Informação  
Universidade Federal do Pará

À minha mãe-avó Adalgiza Souza (*in memórian*)  
e ao meu pai-avô Edgar Souza, por serem base  
de tudo o que sou e por todo amor  
proporcionado.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Pai, Criador de todas as coisas, por me direcionar em todas as áreas da minha vida. Sou grata por me conceder força, sabedoria e capacidade para chegar até aqui e concluir esta etapa acadêmica.

Aos meus avós Adalgiza (*in memorian*) e Edgar Souza por terem sido base de toda a minha criação e educação. Sou grata pelo amor e dedicação ao longo da minha infância e adolescência. Sem vocês eu não seria nada! “*Le nostre anime insieme per sempre.*”

Aos meus pais, Edgar Souza e Rosana Souza por me conduzirem até aqui, cumprindo o propósito divino de serem meus guias. Obrigada por todo aprendizado, educação e amor que puderam me proporcionar, vocês complementaram a formação do ser humano que sou hoje.

Às minhas irmãs Evilane Souza e Evilene Souza por serem minhas melhores amigas desde a infância. Obrigada por estarem comigo em todos os momentos, pelo amor e carinho que nós sempre compartilhamos e compartilharemos até nossa caminhada terrena terminar.

Aos meus avós João Batista e Maria de Nazaré por serem os melhores avós do mundo e aos meus tios Fábio, Michele e Joice, por serem tios maravilhosos.

Aos meus tios Edilson Gomes e Eliete Gomes (*in memórian*) que fizeram parte do meu desenvolvimento enquanto ser humano. Meu tio que mesmo longe, me apoiou e me ajudou financeiramente. Obrigada meu tio!

À minha orientadora Marise Teles Condurú por sua preciosa orientação. Obrigada por toda paciência, atenção e disponibilidade em me auxiliar nesse período árduo.

Aos professores Franciele Marques Redigolo e Hamilton Vieira de Oliveira por aceitarem fazer parte da banca examinadora. Obrigada pela paciência e atenção!

À Arthur Carvalho (Achou que não ia ter agradecimento? Achou errado, otário!), meu companheiro e amor da minha vida. Sou grata ao universo por ter conhecido você. Obrigada por estar ao meu lado todos os dias, apoiando e sendo a melhor pessoa do mundo para mim. Só fui capaz de concluir esta etapa por meio da força e incentivo que você me proporcionou. Teu amor foi o melhor presente que poderia ganhar. Amo muito você!

À Sandra Carvalho por ser uma sogra tão boa e acolhedora. Obrigada pelos conselhos e conversas que me ajudaram muito.

À Cibele Freitas minha melhor amiga e irmã de outra mãe pela amizade e existência. Obrigada por esses 18 anos de amizade inabaláveis que você me concedeu. Sou grata por sempre me apoiar, por ser minha confidente e pelas broncas que de vez em quando mereço. Gratidão por existir em minha vida!

À minha sempre “chefinha” Rejane Coelho, competente bibliotecária do ILC. Obrigada pela amizade sincera, pela paciência em guiar meus primeiros passos na Biblioteconomia, e também pela ajuda com informações e materiais para minha pesquisa.

Ao meu grande amigo Edward Almeida por sua preciosa amizade. Meus dias na biblioteca do ILC não seriam os mesmos sem a sua companhia. Sou grata pelos conselhos, conversas e auxílio. És um verdadeiro anjo da guarda! Obrigada por tudo, Ed!

Aos meus amigos Luan Alex e Demóstenes Zahlouth por terem me apresentado a Biblioteconomia, a qual me encontrei e não me vejo mais sem. Obrigada pelo incentivo, apoio, materiais de estudo cedidos e as muitas risadas que estão sempre presentes em nossas conversas.

À minha maninha Ingrid Zahlouth e “miguxo” Felipe Assunção pela amizade verdadeira que ganhei na Biblioteca Central. Agradeço demais ao universo por vocês existirem e fazerem parte da minha trajetória. Deus não podia me abençoar com amigos melhores.

Ao meu amigo Denis Aires por todo apoio e auxílio ao longo da minha graduação, sempre me ajudando e dando dicas. Obrigada pela sua amizade e por compartilhar filmes comigo!

Às melhores amigas que poderia conquistar na Biblioteconomia, a melhor equipe “Spice Girls”: Carolina Leão (Rol), Dayane Fernandes (Day), Geovana Potira (Geo), Priscila Paes (Tulipinha) e Regina Campos (Neta). Sou eternamente grata por absolutamente tudo! Pelo convívio em sala de aula, pela amizade, carinho, cumplicidade, apoio mútuo e até as broncas, pois sabia que era para o bem. Uma equipe muito unida nos trabalhos, apesar dos vários desentendimentos e das personalidades distintas, jamais deixamos de ajudar quem estivesse com dificuldade. Vocês estiveram comigo num momento bem difícil e agradeço por existirem em minha vida. Vocês já são grandes profissionais e com toda certeza terão muitas vitórias.

Aos meus queridos amigos Andréa Abraham, Rodrigo Paiva, Graça Moraes, Fátima Teles e Carmecy Muniz da Coordenação de Informação e Documentação do Museu Paraense Emílio Goeldi pela oportunidade de trabalhar em um órgão requisitado internacionalmente e pela amizade que me proporcionaram. Gratidão!

Ao melhor amigo de longa data Yan Victor por toda a paciência e companheirismo desde a UEPA. Sou grata pelo apoio em todas as minhas decisões, por me ajudar nas minhas pesquisas e por não desistires de mim. Sua amizade é um diferencial em minha vida.

Aos meus amigos Helena Aleixo e Akbar Almeida por serem pessoas sensacionais. Tenho grande admiração por ambos. Obrigada Akbar por imprimir o trabalho!

Aos meus amigos bolsistas do Museu Goeldi Felipe e Ricardo que chegaram para emprestar livros na biblioteca, se tornaram meus amigos de forma tão espontânea e me ajudaram muito. Obrigada, de verdade pelo carinho. Felipe, obrigada pela senha da Netflix e da Amazon, você não existe!

Ao meu amigo e grande irmão Wylliams dos Anjos. Você, sem dúvida foi o melhor amigo que ganhei na Biblioteconomia. Sou eternamente grata por todos os momentos que compartilhamos, sejam de risos ou tristezas, você esteve ao meu lado dando apoio para que eu não desabasse. Obrigada por ser luz na minha vida!

À minha amiga Osimara pelo companheirismo e apoio nos trabalhos da graduação e no Museu. Te admiro muito, você já é uma grande profissional. Obrigada pela sua amizade!

E finalmente agradeço a todos os professores da Faculdade por todos os anos de aprendizado e a todas as pessoas que colaboram direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho. Gratidão!

“Nem tudo que é ouro fulgura  
Nem todo vagante é vadio  
O velho que é forte perdura  
Raiz funda não sofre frio”

Bilbo Bolseiro

## RESUMO

Aborda o monumento como fonte de informação histórica proveniente de conceitos oriundos da Ciência da Informação. O trabalho tem como objetivo geral refletir acerca da necessidade de conhecimento, valorização e preservação dos monumentos históricos na cidade de Belém/PA. Como objetivos específicos: mostrar a importância do patrimônio histórico e a sua preservação; identificar os monumentos históricos da cidade de Belém como fonte de informação. Quanto à natureza e de acordo com os objetivos propostos, o caráter deste trabalho corresponde ao exploratório e o método operacional de abordagem utilizado foi o monográfico. Para a revisão de literatura, realizou-se a pesquisa em livros, periódicos, artigos científicos e jornais já publicados abordando a temática. Mediante a pesquisa realizada, verificou-se que em virtude dos acontecimentos mencionados nesta monografia, como o período colonial, a formação de Belém, a Belle Époque, figuras renomadas por seus feitos heroicos, perpassando até os dias atuais, o efeito que se pretendia era a perpetuação da memória por meio destes monumentos representando fatos históricos e nomes importantes da época, bem como o desejo de preencher espaços vazios da cidade com equipamentos que pudessem proporcionar salubridade e beleza ao espaço público. Desta forma, os monumentos históricos da cidade de Belém são ricas fontes de informação como herança deixada pelas gerações passadas, trazendo a memória feitos que contribuíram para o desenvolvimento da cidade e do país, formando a identidade cultural do povo local e uma promoção de desenvolvimento humano para uma perspectiva de respeito e valorização dos patrimônios históricos.

**Palavras-chave:** Patrimônio Histórico. Fontes de Informação. Monumentos Históricos – Belém (PA)

## ABSTRACT

Addresses monument as historical information source origination from concepts originated from Information Science. The paper's general objective is to ponder about the need to know, appreciate and preserve the historical monuments of Belém/PA. As specific objectives, show the value of historical heritage e its preservation; identify the historical monuments of Belem's city as information source. As the nature and following the objectives proposed, this paper's shape corresponds to exploratory and the operating address method was the monographic. The literature review was made by a book research, journals, scientific papers and newspapers published about the theme. Throug the research it was concluded that, as result of historical facts showed in this monograph, such as Colonial Age, the Belem's foundation, the Belle Époque, characters famous by their heroic acts, reaching present-day, the intended effect was the perpetuation of memory using these monuments representing historical facts and important names of that age, such as the wish of fill the city's empty space with equipment that could bring healthiness and beauty to the public space. By this way, it's understood that the Belém's historical monuments are valorous source of information as heritage left by past generations, bringing to memory moments that contributed to the city's and country's development, forming the cultural identity of local people e a human development's promotion the a respect and appreciation of historical heritage.

**Keywords:** Historical Heritage. Information Source. Historical Monuments – Belém (PA).

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 - Monumento à República: marco de uma era política.....	40
FOTOGRAFIA 2 - Monumento ao Índio .....	42
FOTOGRAFIA 3 - Monumento ao General Gurjão: Homenagem e Teatralização do conflito .....	43
FOTOGRAFIA 4 - Monumento à Lauro Sodré .....	45
FOTOGRAFIA 5 - Monumento à Dr. Gama Malcher.....	46

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>O PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA MEMÓRIA CULTURAL</b> .....	<b>18</b>
<b>2.1</b>	<b>Legislação brasileira de preservação dos patrimônios históricos</b> .....	<b>22</b>
<b>3</b>	<b>ENTENDENDO FONTE DE INFORMAÇÃO</b> .....	<b>26</b>
<b>3.1</b>	<b>Monumentos como fonte de informação</b> .....	<b>30</b>
<b>3.2</b>	<b>A complexidade conceitual de documento</b> .....	<b>34</b>
<b>4</b>	<b>OS MONUMENTOS DA CIDADE DE BELÉM/PA</b> .....	<b>36</b>
<b>4.1</b>	<b>Monumento à república</b> .....	<b>39</b>
<b>4.2</b>	<b>Monumento ao Índio</b> .....	<b>41</b>
<b>4.3</b>	<b>Monumento ao General Gurjão</b> .....	<b>43</b>
<b>4.4</b>	<b>Monumento à Lauro Sodré</b> .....	<b>44</b>
<b>4.5</b>	<b>Monumento à José da Gama Malcher</b> .....	<b>46</b>
<b>5</b>	<b>MONUMENTOS HISTÓRICOS DE BELÉM/PA COMO FONTE DE INFORMAÇÃO</b> .....	<b>48</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>50</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Sabe-se o quanto a cultura é importante, seja ela material ou imaterial. Dentre elas estão os patrimônios históricos e sua preservação, que tem suas leis baseadas em uma herança europeia.

Funari e Funari (2007) demonstram que a gênese da ideia patrimônio para as línguas românicas (*patrimonium*) referem-se a algo que foi passado de pai para filho, constituindo uma herança. Na língua inglesa o termo *heritage*, adotado para se referir ao patrimônio, tem como significado algo que pode ser herdado. A questão do pertencimento de uma comunidade gera ânsia de manter viva sua história, estabelecendo o patrimônio como ponte para a representação identitária de uma sociedade.

Choay (2006) explica que a etimologia da palavra patrimônio (do latim *patrimoniu*) estava ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas como propriedade, herança paterna, bens de família, dote dos ordinandos, bens para ordenar um eclesiástico. O termo patrimônio histórico designa bens endereçados ao proveito de uma comunidade ao qual expandiu-se em grandes dimensões, que tem um sentido de conservação, herança e sucessão, ou seja, manter viva a memória cultural.

A autora destaca o patrimônio histórico representado pelas edificações como categoria exemplar por ser o que se relaciona mais diretamente com a vida de todos. Em outros tempos, patrimônio histórico e monumento histórico eram praticamente a mesma expressão. O monumento era criado e erguido com destinação deliberada, pensado de forma imediata para relembrar um feito histórico, enquanto que o monumento histórico era constituído posteriormente.

Ela expõe ainda a necessidade de diferir ambas a partir do séc. XX, onde o domínio patrimonial já expande aos aglomerados de edificações e a malha urbana: casas e bairros, aldeias, cidades grandes e até mesmo conjunto de cidades. Desde a década de 1960, os monumentos históricos representam apenas parte de uma herança que cresce continuamente com a inclusão de novos bens e o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas onde são inseridas. Finalmente, a ideia de monumento histórico e as práticas de conservação ultrapassam a Europa, as quais ficaram muito tempo circunscritas. Um exemplo dessa expansão, descrita por Choay

(2006), é a entrada discreta do monumento no Japão, onde explica que o país vivera suas tradições no presente, não conhecendo outra história senão a dinástica e nem arte antiga, não conservava seus monumentos senão mantendo-os sempre novos mediante reconstrução ritual, finalmente a assimilação do templo ocidental passava pelo reconhecimento de uma história universal, pela adoção do museu e pela preservação dos monumentos como testemunhos do passado.

É possível perceber que a necessidade de preservar um patrimônio histórico não tem somente o objetivo de gravar poses a turistas com suas máquinas fotográficas em diferentes pontos das velhas cidades ou mesmo os edifícios antigos, automóvel ou aos gigantes edifícios. Segundo Telles (1977, p. 12), “uma cidade sem seus velhos edifícios é como um homem sem memória”.

Lendo a respeito de monumentos, sobretudo os da cidade de Belém do Pará, surgiu um interesse pessoal pela área. Estudar e investigar sobre a temática proposta traz maneiras reflexivas de como conhecer a história de Belém por meio da simbologia dos monumentos históricos locais. O patrimônio histórico vem ser estudado como uma importante fonte de informação acerca do passado, dos costumes e da memória que uma comunidade detinha.

Pode-se observar patrimônios abandonados, deteriorados e pichados, justamente porque uma grande parcela de sua população desconhece a importância de seu valor histórico. Desta forma, surgiu um questionamento de pesquisa: os monumentos da cidade de Belém podem ser considerados importantes fontes de informação para a identidade e preservação da memória local?

Conhecer a realidade do patrimônio histórico material em Belém/PA por meio dos monumentos construídos constituiu o objetivo deste estudo, que tem por objetivo geral refletir acerca da necessidade de conhecimento, valorização e preservação dos monumentos históricos na cidade de Belém/PA e por objetivos específicos:

- a) mostrar a importância do patrimônio histórico e a sua preservação;
- b) identificar os monumentos históricos da cidade de Belém como fonte de informação.

Espera-se que este trabalho venha agregar conhecimento como contribuição social, para que haja uma movimentação do bibliotecário, no que diz

respeito à utilização de ferramentas informacionais que domina em prol dos monumentos históricos de Belém. Enquanto disseminadores da informação, o dever do bibliotecário é reportar a questão cultural, buscando partilhar a importância da memória cultural, contribuindo para a conscientização da população por meio da valorização, bem como a preservação do patrimônio local, possibilitando ampliar os caminhos para uma boa disseminação.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa representa o caminho percorrido para chegar aos objetivos propostos. Com isto, o trabalho está composto por etapas e procedimentos, contando basicamente com uma pesquisa exploratória, pois realiza uma abordagem para reunir dados e informações ligadas à problemática da pesquisa que foram analisados e interpretados. O método de abordagem é o monográfico.

Em uma primeira etapa foi realizada pesquisa bibliográfica, tanto impresso quanto eletrônico, dando início a uma revisão de literatura para compor o estudo. Esta visa reconhecer e dar credibilidade à criação intelectual de outros autores, e por meio dela é aberto um espaço para mostrar o campo de conhecimento já designado, em que não só pode, como deve receber novas pesquisas; ou ainda, conceder ao texto uma voz de autoridade intelectual. Por meio da revisão de literatura, remeteu-se e avaliou-se o conhecimento produzido em pesquisas prévias, destacando-se conceitos, procedimentos, resultados, discussões e conclusões relevantes para o trabalho.

Desta forma, as etapas se seguem de levantamento bibliográfico, estudo exploratório e análise e discussão dos resultados.

Sobre a natureza monográfica do estudo, Lakatos e Marconi (2010, p. 90) ratificam que este é um “[...] estudo sobre um tema específico ou particular de suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas em todos os seus ângulos e aspectos, dependendo dos fins a que se destina”.

Juntamente a todo esse processo, Gil (1999) diz que, compreende-se por pesquisa bibliográfica aquela que foi realizada a partir de material já publicado, então estão inclusos os livros, periódicos e materiais disponíveis na internet.

Em sua análise, é ressaltado os monumentos como fonte de informação histórica. Dentre os mais de 33 monumentos da cidade, 5 foram analisados para uma reflexão acerca do patrimônio local. Estes foram escolhidos levando em consideração

a representação de figuras históricas mais importantes da cidade e sua localização geográfica, onde se tem a facilidade de visualização.

Este trabalho está estruturado em seis seções, incluindo esta introdução na qual se tem a contextualização do tema, a questão problema, justificativa, objetivos e metodologia desta pesquisa. Na seção 2 é mostrado o que é cultura e memória, patrimônio histórico, sua origem, história e evolução até os dias atuais, a legislação brasileira que rege a preservação patrimonial. Enquanto na seção 3 aborda a informação desde a Antiguidade, perpassando pela Idade Média, Idade Moderna e finalizando com suas características na contemporaneidade, os monumentos como fonte de informação e a complexidade conceitual de documento para relacionar a pesquisa com a Ciência da Informação, citando autores importantes como Otlet (1934) e Briet (1951). Na seção 4 é apresentado uma breve história da cidade de Belém, percorrendo o período colonial, o desenvolvimento da cidade, Belle Époque até os dias atuais para adentrar aos monumentos históricos de Belém/PA. Na seção 5 enfatiza a reflexão sobre a importância destes como fonte de informação histórica e ressalta autores que dão crédito ao argumento. Por último, na seção 6 tem-se as considerações finais que apresentam o resultado das discussões apresentadas no decorrer de toda a pesquisa, interligando informação patrimonial e informação histórica, corroborando a importância dos monumentos de Belém como fontes de informação histórica.

## 2 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA MEMÓRIA CULTURAL

Desde os primórdios de vivência em sociedade, o homem demonstra interesse na preservação da memória, tornando algo imprescindível na construção identitária. A memória estava presente a quem detinha a história da sua comunidade, conforme o homem foi adquirindo sabedoria e a comunicação por meio de símbolos se tornaram mais comuns (MITHEN, 2002), ou seja, é nesse momento que o homem começa a desenvolver a comunicação escrita por meio de vários suportes e a dissemina.

Burke (2003) relata a transferência paulatina da comunicação oral para a escrita. Ela só teve notoriedade após a invenção da imprensa por conta da sua grande socialização. A materialização de memórias registradas e suportes acarreta danos causados pelo uso, mas também permite “que a quantidade de informação armazenada aumente, não apenas de modo individual, mas em formas compartilhadas com outras memórias” (MURGUIA, 2010, p. 83).

O conceito de memória se deu por meio da obra “*Les cadres sociaux de la mémoire*” introduzida no campo das ciências sociais em 1925 pelo sociólogo Francês Maurice Halbwachs, trazendo uma reflexão a respeito da construção da memória. Para o autor, é por meio da junção de lembranças de indivíduos que vivem em um determinado grupo social que é construída a memória coletiva. Entretanto, a temática já havia sido refletida por outros pensadores, dentre eles Émile Durkheim e Henri Bergson, influenciando fortemente Halbwachs.

De acordo com Cordeiro (2013), Halbwachs fundamenta seus estudos na obra de Durkheim “*As formas elementares da vida religiosa*”. Segundo Halbwachs (2003, p. 72) “o funcionamento da memória individual não é possível sem que esses instrumentos, que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente”, isto quer dizer que a evocação do passado do indivíduo não se dá por si próprio, ele não tem autonomia, sempre existirá a relação entre memórias individuais e coletivas. Portanto, “os quadros sociais da memória não conduzem às datas, à nomes e às fórmulas – eles representam correntes de pensamento e de experiência em que encontramos nosso passado apenas porque ele foi atravessado de tudo isso” (HALSBWACHS, 2003, p. 86).

Apesar das constituições de memória, deve-se levar em conta os riscos do seu desaparecimento. Com isto, Nora (1993, p. 7) reflete sobre a salvaguarda da

memória dos grupos e como fixá-lo em algum local, pois “sentimento de comunidade torna-se residual as locais”. Neste sentido, os lugares de memória existem e poderá ser fixada neles na tentativa de salvá-lo, isto é, “lugares salvos de uma memória na qual não mais habitamos [...] mas onde palpita ainda algo de uma vida simbólica (NORA, 1993, p. 14).

Segundo Elias (1990), no final do século XVI e no princípio do seguinte, o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade. Enquanto, a palavra francesa *Civilization*, referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Os dois termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês *Culture*, em seu amplo sentido etnográfico, é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelos homens como membro de uma sociedade.

O conceito de cultura, pelo menos como utilizado atualmente, de acordo com Laraia (2001) foi pela primeira vez definido por Tylor. Entretanto, ele só fez formalizar a ideia que já crescia na mente humana, mesmo antes de John Locke (1632-1704) que, ao demonstrar o desenvolvimento deste pensamento, escreveu o Ensaio acerca do entendimento humano e explicou que a mente humana é mais do que uma caixa vazia por ocasião do nascimento, dotada apenas de uma capacidade ilimitada de obter conhecimento, por meio de um processo que chamamos hoje de endoculturação.

Com isto, a cultura pode então ser considerada como tudo o que o homem por meio da sua racionalidade consegue executar. Todos os povos e sociedades possuem sua cultura por mais tradicional e arcaica que seja, pois todos os conhecimentos adquiridos são passados de geração em geração.

Apesar da evolução pela qual passa o mundo, a cultura tem a idoneidade de permanecer quase intacta. Vale ressaltar que a cultura é um elemento social, portanto, impossível de ser desenvolvida individualmente.

Vale ressaltar que o patrimônio histórico além de ser formado por elementos materiais, resulta de uma prática social e cultural de toda sociedade, onde diversas funções sociais possuem grandes significados.

Dessa forma, o patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas, pois se compõem por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham um excepcional

e universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico.

Menezes (2004) diz que a palavra patrimônio exprime a ideia de herança ou legado, ou seja, algo que nos foi deixado e que, portanto, necessitamos preservar para mantê-lo. Para que com essa preservação outras gerações possam conhecer a história de seu município.

A definição de patrimônio histórico segundo Bezerra (2001), considera não só as obras maiores quanto às menores. A sua noção de monumento histórico compreende desde a criação isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dê testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. A significação cultural é, portanto, o princípio que define o patrimônio histórico, pois são portadores de uma mensagem espiritual do passado e testemunho vivo das tradições seculares de um povo.

Com o avanço da sociedade industrial e, conseqüentemente, da modernidade, por volta dos séculos XIX e XX, novos meios foram apropriados e difundidos para a ritualização e rememoração. Nisto, surgem grandes espaços urbanos e monumentos edificadas para representar “testemunhos historicamente significativos”, conforme destaca Choay (2006).

Na descrição de Choay (2006, p. 26), “todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial”, ou seja, olhar um objeto antigo recorda a história que ela simboliza, mas não necessariamente foi criada para este destino. A finalidade do monumento é reviver o passado mergulhado no tempo. O monumento histórico é vivido no presente, sem ligação de memória ou história.

Nora (1993) critica os franceses por considerar antiquada a relação entre memória e história, tornando-a fechada. O autor diz que “a verdadeira percepção do passado consistia em considerar que ele não era verdadeiramente passado” (NORA, 1993, p. 18). Apesar das críticas em torno da preservação dos monumentos, o autor reforça que o indivíduo precisa de identificação em meio ao crescimento do desenvolvimento industrial.

Apesar disto, a Revolução Francesa abriu espaço para a solidificação de patrimônios nacionais, amenizando a destruição de imóveis que antes pertenciam a

grandes classes como nobres e cleros e transformou os caminhos desses bens patrimoniais em propriedades de Estados-nações.

Sant'Anna (2009, p. 50-51) diz que os países europeus no século XIX organizaram-se por meio de instituições públicas e privadas estabelecendo parâmetros voltado para:

[...] seleção, salvaguarda e a conservação de patrimônios nacionais, até então compostos, essencialmente, de objetos de arte e edificações, estreitamente relacionados a concepção de monumento histórico, aos ideais renascentistas de arte e beleza e aos conceitos de grandeza e excepcionalidade.

A França foi umas das pioneiras para a proteção do patrimônio, com a criação de leis. Desta forma, Sant'Anna (2009, p. 51) destaca que “introduziu um padrão legislativo copiado pela maioria dos países europeus, estendendo-se, na atualidade, por todo o mundo”.

Já no século XX, as instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO) e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), auxiliaram na elaboração de políticas de preservação do patrimônio.

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu, em 1948, a cultura e a memória como um direito universal por meio da “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, o qual Teixeira e Reis (2013) determinam como uma etapa de reconhecimento da cidadania e trouxe vantagens no que diz respeito a queda no índice de destruição das identidades de povos e permanência dos valores culturais que são “essenciais ao exercício das suas liberdades, valores de pleno direito do homem, os chamados direitos culturais (TEIXEIRA; REIS, 2013, p. 209).

Fundada em 1945, a UNESCO incentiva a identificação, a preservação e a proteção do patrimônio cultural e natural mundial e direciona órgãos de preservação de diferentes nações. Ela define patrimônio como um legado do passado, com o qual convivemos e passaremos às futuras gerações.

Por volta de 1937, no governo de Getúlio Vargas, foi assinada a lei nº 378 que no seu artigo 46 estabelecia a criação do IPHAN, conforme Brasil (1937) com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, tombamento, a

conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

Com isso, o IPHAN passou por uma trajetória de leis, projetos que respondem pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais, já com esse objetivo desde sua criação e convenções conforme a UNESCO: Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do patrimônio Cultural Imaterial de 2003, respectivamente.

## **2.1 Legislação brasileira de preservação dos patrimônios históricos**

Em termos de início de políticas públicas para a cultura no Brasil os intelectuais do Movimento Modernista Brasileiro como Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e, principalmente, Mário de Andrade começaram a questionar a nossa identidade, o que nos diferencia e aproxima como brasileiros. Neste contexto, Rodrigo Melo Franco de Andrade (futuro diretor da Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – SPHAN), Lúcio Costa e Mário de Andrade viajaram a Minas Gerais e contataram uma arquitetura barroca, considerada a partir de então “o berço de uma civilização brasileira” usando a expressão de Fonseca (2005. p. 92).

O ministro Gustavo Capanema, em 1936, solicita a Mário de Andrade um anteprojeto para a proteção das obras nacionais, que depois de modificado pelo então ministro junto a Rodrigo M. F. de Andrade, transforma-se em Decreto-Lei em 30 de novembro de 1937 e cria o SPHAN. Para o Decreto-Lei, o patrimônio histórico e artístico nacional, conforme Brasil (1937) é o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja a conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Como a arquitetura foi quem desencadeou esta preocupação com a preservação do patrimônio nacional e o instrumento estabelecido para preservá-lo, o tombamento, referia-se somente a bens móveis e imóveis, não incluindo manifestações, crenças, culinária, entre outros, a área que mais se apropriou deste campo de estudo foi a Arquitetura.

A primeira referência constitucional à proteção do patrimônio histórico ou artístico consta na Carta de 1934, como competência concorrente dos Estados e Municípios. Em 1937, incumbiu a todas as esferas do Poder Público proteger os

monumentos históricos, artísticos e naturais, o município ainda não integrava a Federação. A Constituição de 1946 relata que é dever do Estado o amparo e a proteção à cultura e aos bens culturais, que em 1967 é repetida (SOUZA FILHO, 1997, p. 44-47).

Mudanças significativas começaram a surgir somente em 1975, Aloísio Guimarães, então diretor do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e equipe cria o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) para estudar uma nova política para o patrimônio cultural e desenvolver projetos culturais ainda pouco explorados, como o artesanato, levantamentos socioculturais, história da tecnologia e da Ciência no Brasil e levantamento de documentação sobre o país.

Nisto, é verificada a mudança de perspectiva na constituição brasileira de 1988, que em seu artigo 216, define patrimônio cultural como:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p. 126).

Nos artigos 215 e 216, a constituição reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de estabelecer a formas de preservação desse patrimônio: o registro, o inventário e o tombamento. A definição de 88 amplia a ideia de patrimônio, como deixar de exigir um valor de excepcionalidade e a vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil.

A Câmara Municipal de Belém estatui e sanciona a Lei nº 7709/94 que dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do município de Belém e dá outras providências. Nisto, destacam-se os capítulos I e II. O primeiro em seu Art. 1º faz alusão ao Art. 216 da Constituição de 88. O segundo em seu Art. 2º diz respeito às competências atribuídas ao município, conforme Belém (1994, p. 3):

Art. 2º. O Poder Público Municipal promoverá, garantirá e incentivará a preservação, conservação, proteção, tombamento, fiscalização, execução de obras ou serviços visando a valorização do Patrimônio Cultural do município de Belém.

§1º. Compete ao Poder Público Municipal promover a conscientização pública para a conservação do Patrimônio Cultural.

§2º. Compete a Fundação Cultural do Município de Belém a implementação da política de proteção e valorização do patrimônio Histórico Cultural e, no que couber, o disposto nesta Lei.

A constituição Federal de 88 é caracterizada pela descentralização, ela incorpora o princípio de subsidiariedade. Ou seja, prioriza a satisfação dos interesses locais. Assim, somente o poder superior pode cumprir o que o inferior não pode (GUIMARÃES, 2004).

Nisto, amplia a autonomia dos municípios brasileiros inserindo-os na organização política e administrativa da Federação (Art. 18), provendo de poder próprio, determinando competências legislativas e administrativas em relação ao do Estado e da União (SOUZA FILHO, 1997).

Rodrigues (2005) aponta a competência da constituição municipal sobre o direito da regulação de construir pelo Estatuto da Cidade. Todos, de certa forma, evidenciam o alargamento da autonomia como corpo da Federação, no que diz respeito aos assuntos locais, e na competência de complementar a legislação estadual ou federal enquanto particularidades do município.

Neste ambiente de transformação, em 4 de agosto de 2000, foi aprovado o decreto nº 3.551 que estabeleceu o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial instituiu o registro dos bens culturais de natureza imaterial.

Na trilha deste raciocínio, em 10 de agosto de 2005, foi aprovada, no Congresso Nacional, a Emenda Constitucional nº 48, que acrescenta o Art. 215 da Constituição de 88 novo parágrafo, que estabelece o Plano Nacional da Cultura (PNC). O PNC visa ao desenvolvimento cultural do país e à integração das ações do Poder Público na defesa e valorização do patrimônio cultura; à produção, a promoção e difusão de bens culturais; a formação de pessoal qualificado para a gestão da cultural em suas múltiplas dimensões e à democratização da diversidade étnica regional.

Associado ao Plano Nacional da Cultura está o Sistema Nacional de Cultura (SNC), definido como sistema de articulação, gestão, informação e promoção de políticas públicas de cultura, pactuado entre os entes federados, com participação social, de modo a estabelecer e efetivar o Plano Nacional da Cultura promovendo o desenvolvimento com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional. O MinC vem desde 2004, assinando com Estados e Municípios

Protocolos de intenções, no sentido de estabelecer as condições de orientar a instrumentalização necessária para a implantação do Sistema Nacional Cultura.

### 3 ENTENDENDO AS FONTES DE INFORMAÇÃO

Informação é uma palavra complexa, detentora de um sentido que não permite a delimitação de escopos. Capurro (1978) tem formação acadêmica em Filosofia e explorou as utilizações gregas da palavra latina *informatio* para compreender de forma profunda seu conceito na Antiguidade e Idade Média. Chegando à conclusão de que nesses períodos, *informatio* foi comumente utilizado nos sentidos epistemológicos, ontológicos e pedagógicos de educação e instrução encontrados em importantes pensadores das épocas como Virgílio, Platão, Aristóteles, Cícero e Agostinho.

Ainda segundo o autor, a palavra informação tem sua base no latim *informatio*, sendo utilizado amplamente na Idade Média nos contextos “ato de moldar a mente” e “comunicar um conhecimento”. Para frustração de muitos estudiosos da Ciência da Informação, o termo que deu origem a ela não possui um significado delimitado, mas apenas estudos que indicam o caminho a ser seguido quando tratado sob a ótica de vários autores de muitas áreas do conhecimento.

Na transição para a Idade Moderna, o conceito de informação deixa de ser abstrato, referindo-se menos a ideia de organização interna ou formação, movendo-se da estrutura para a essência e da forma para a substância. Observa-se nesse período que o conceito de informação é quase sempre ligado ao de conhecimento (CAPURRO; HJORLAND, 2007).

De forma geral, McGarry (1999, p. 3) diz que a informação possui um valor “mágico” embutido em seu conteúdo semântico, assim ele relata que “informação é o termo que designa o conteúdo daquilo que permutamos com o mundo exterior ao ajustar-nos a ele, e que faz com que nosso ajustamento seja nele percebido. Viver de fato é viver com informação”.

A palavra informação começa a ser definida e emergir de fato na segunda metade do século XX, dando origem à Ciência da Informação. Atualmente, informação é aceita como um termo de amplo sentido podendo ser mais bem compreendido quando associado a outro termo que o complementa. Quase todas as disciplinas científicas fazem uso dele dentro de seus próprios contextos e relacionado a contextos específicos. Para este trabalho, é importante a conceituação de Capurro e Hjørland (2007), em que a informação é um conhecimento comunicado, e que além dos seres

humanos, todos os tipos de sistemas são produtores, processadores e compartilhadores da informação.

Nesse sentido, Azevedo Netto (2002) investiga às definições de signo, sinal e significado para explicar que a informação é um fenômeno explicitamente humano, algo que necessita de um interlocutor que a transmita e de um receptor que a interprete. Sendo o signo, algo que permeia toda a realidade humana, responsável pelo estabelecimento de um elo comunicacional entre as coisas do mundo. Ele não faz parte do mundo real, porém, se origina de uma percepção que leva à transmissão de uma ideia, que por sua vez, se instala em um estado de interpretação, gerador do significado do objeto inicial. O signo é algo abstrato que reside na consciência de seres pertencentes a uma mesma cultura.

Por outro lado, o sinal, distinto do signo, mas são interligados, é qualquer forma gráfica, sonora, geológica, astronômica, etc. Tudo que for sinalizado por meio (ou não) da intervenção do homem, sem a intenção de produzir um significado, ou seja, faz parte do processo de comunicação, mas não apresenta possibilidade de significação. O significado está sempre introduzido no signo e seu processo é totalmente ligado ao interpretante. Desta forma, Azevedo Netto (2002) trata a informação como um artefato resultante da ação intencional do homem, uma forma de registro que passa por diversos processos de interpretação e contextualização. Portanto, a informação é “[...] um signo que tem embutido em si sua significação no próprio processo de interlocução” (AZEVEDO NETTO, 2002, p. 12).

Junto a isso temos outra conceituação do termo que o aproxima dos objetivos desta pesquisa vem das palavras de Le Coadic (2004, p. 4), que o caracteriza como “[...] um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”. Em suma, a informação é formada por um conjunto de dados, fragmentos do conhecimento humano, existindo em qualquer lugar, independentemente do tempo e das circunstâncias de seu surgimento, possuem várias definições e depende do processo que a produz, por isso se torna difícil definir esta palavra quando utilizada de forma isolada, adquirindo expressão somente ao ser adjetivada (informação jurídica, política, histórica etc.).

A informação não pode ser considerada como um dado e vice-versa, ela é composta por dados e é a matéria prima para o conhecimento, deste modo Davenport e Prusak (1998, p. 18) afirmam que “[...] informação, além do mais, é um termo que envolve todos os três, além de servir como conexão entre os dados brutos e o

conhecimento que se pode eventualmente obter”. Ainda, esse contexto, Moresi (2000) menciona que além dos anteriores, existe um último nível hierárquico das informações: a inteligência.

Pode-se perceber então que uma das suas características mais marcantes é o fato de ela não ser tangível nem mensurável. Como na Idade Média, atualmente a informação continua significando poder, com a diferença de que sua distribuição abandona a antiga restrição a uma classe nobre e passa a ser liberada de forma igualitária a todos os cidadãos, devido ao avanço da explosão de conteúdos informacionais em meios de comunicação voltados a grandes massas, como a televisão, rádio e principalmente a internet.

Comentando sobre informação, Lopes (1998, p. 22) aponta que:

o termo “informação” é repetido de modo exaustivo pelos meios de comunicação de massa assim como por pensadores de diversas áreas. Não é difícil notar algumas imprecisões e empréstimos na utilização desta palavra sem qualquer controle de pertinência. O substantivo informação é de natureza abstrata e para lhe dar um sentido, deve-se segui-lo de um adjetivo. O senso comum dá a este termo um sentido mágico, fazendo referência a um mundo futuro onde a produção e a leitura das informações serão assumidas por máquinas misteriosas.

Portanto, ainda segundo o autor, informação está associada a outros termos, como é o caso das expressões “Sociedade da Informação”, “Era da Informação” e “Mundo da Informação”, mas que também não é fácil encontrar uma definição satisfatória para elas.

A Sociedade da Informação teve início após a Terceira Revolução Industrial, fruto da mudança causada pelo surgimento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's). A partir daí muitos países investiram na criação de normas que diminuíssem as desigualdades informacionais decorrentes dessas tecnologias.

No Brasil, o esforço de órgãos vinculados ao Ministério da Ciência e Tecnologia resulta no Programa Sociedade da Informação, baseado no modelo dos programas europeus, importante propulsor do livre acesso e utilização das TIC's como estímulo do avanço econômico, social e tecnológico do país (SANTOS; CARVALHO, 2009). Nesse cenário, a informação e conhecimento são vistos como estratégicos para o desenvolvimento e transformação da sociedade industrial. Sendo essenciais para a ciência na geração de novos conhecimentos e na tomada de importantes

decisões nas mais diversas atividades. Segundo Santos e Carvalho (2009, p. 46) a sociedade da informação pode ser compreendida como:

[...] a sociedade que está em constituição, na qual a utilização das tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação são produzidas com baixo custo, para que possa atender às necessidades das pessoas além de se preocupar com a questão da exclusão, agora não mais social, mas também digital.

A informação firmou-se como um elemento de expressiva importância para a base de diversas ciências, tal como comenta Robredo (2005, p. 5-6):

Da comunicação e da computação ao estudo da linguagem humana e ao processamento da linguagem natural, passando pelas ciências cognitivas e as neurociências e a natureza da inteligência, a lógica, a matemática, o cálculo, e a estatística, os fundamentos dos processos de análise, organização, armazenagem, transmissão e recuperação da informação, assim como da conversão desta em conhecimento, dos processos de tomada de decisão, da ecologia, da economia, da política, das relações entre indivíduos e destes com a sociedade, no contexto social, histórico e cultural em que se inserem.

Assim, a informação grande importância na vida das pessoas e existem diferentes formas para a efetivação de seu fluxo, fator essencial na construção coletiva do conhecimento e nas relações humanas. Dentre elas tem-se a comunicação, representativa de um meio circulatório de dados contendo conhecimentos que unidos adquirem um valor. Assim, a comunicação representa para a informação o mesmo que uma rodovia para carros, por exemplo, quanto mais bem tratada e organizada é uma rodovia no sentido de infraestrutura, mais facilmente ocorrerá o fluxo de veículos. Seguindo essa linha de pensamento, quanto mais clara e objetiva for a comunicação, mais facilmente ocorrerá o fluxo de informações. Nesse sentido, Araújo e Freire (1996, p. 49-50) afirmam que:

a comunicação da informação representa não somente a circulação de mensagens que contêm conhecimento com determinado valor para a produção de bens e serviços, mas também a objetivação das ideias de racionalização e eficiência dominantes na sociedade moderna.

Mais importante do que qualquer suporte, é a informação disseminada entre indivíduos. Nessa situação, quando a informação é transmitida oralmente é possível captar partes dela não encontradas na forma impressa. Por exemplo, a história de um povo pode ser transmitida, em muitos casos, somente através de

relatos sustentados por uma rede de dados passados de geração para geração até ser executada e entendida por indivíduos não pertencentes a esse povo que tenham curiosidade na cultura deles.

Não existe nenhum modo de armazenagem do conhecimento (produto base da informação) mais eficaz do que a memória humana. A Ciência da Informação vale-se da memória no sentido de armazenagem e preservação dos saberes, como ressalta Farias, Nogueira e Santana (2010, não paginado), quando a caracteriza como:

[...] a capacidade humana de registrar fatos, e estes, serem transmitidos às gerações futuras através de variados suportes (pinturas, artefatos, textos, costumes, tradições histórias, dentre outros). Assim podemos afirmar que os suportes e formas de escrita são formas de preservar e comunicar a memória e história de um povo para que esta seja divulgada e disseminada para a posterioridade. Visto que tais aspectos estão intrinsecamente relacionados à cultura de um povo ou nação.

A memória encontra sua essência no sistema de símbolos, pois se entende por simbólico tudo que diz respeito a uma determinada linguagem. Logo, na contemporaneidade, a memória é registrada na forma escrita por meio dos símbolos linguísticos comuns à sociedade. Os suportes informacionais que a detém (impressos, eletrônicos ou audiovisuais) são próprios para preservá-la em período indeterminado de tempo e em grande quantidade, sendo que as Tecnologias de Informação exercem a função de extensões da memória humana (MONTEIRO; CARELLI; PICKLER, 2006).

Sendo assim, os diferentes tipos de fontes, suportes e meios para a transmissão da informação passam a ter valor significativo para a sociedade. Abandona-se o entendimento de que informação é somente aquela disseminada pelos meios de comunicação.

Dessa forma, é possível perceber que os monumentos são resultados de memórias de um determinado povo que decidiu representar sua história e que existe a necessidade de preservar seu patrimônio. Para Telles (1977, p. 12), “uma cidade sem seus velhos edifícios é como um homem sem memória”.

Nesse sentido, percebe-se que os monumentos históricos existentes em cidades, são fontes de informação valiosas para o resgate da memória da sociedade.

### **3.1 Monumentos como fontes de informação**

Contextualizando a temática “Fonte de Informação” abordada nessa pesquisa, é necessária a compreensão de que a informação é formada por um conjunto de dados que por sua vez são fragmentos do conhecimento humano, existindo em qualquer lugar, independentemente do tempo e das circunstâncias de seu surgimento e, possuindo várias definições. Ela depende do processo que a produz, por isso se torna difícil definir esta palavra quando utilizada de forma isolada, adquirindo expressão somente ao ser adjetivada, por exemplo: informação jurídica, informação política, informação médica etc. (LE COADIC, 2004).

O termo fonte de informação, de acordo com as pesquisas realizadas no âmbito da Ciência da Informação, na literatura é utilizada de forma mais direta, pois destaca com relevância nas esferas técnica, científica e econômica, contudo sem debates realizados em torno da sua conceituação. A partir da abrangência contida no sentido de fontes de informação é que pode ser compreendida para relacionar-se com o foco da pesquisa

Neste sentido, Ferreira e Costa (2011) efetuam uma discussão teórica importante acerca da conceituação de fontes de informação, onde constata a origem da palavra fonte, do latim *fundere*, o qual significa “verter”, “derramar”, isto é, “aquilo que faz fluir”. Com destaque para a terminologia utilizada atualmente, substituindo o termo “fontes documentárias”, relacionado diretamente com a documentação, que só se definiu a partir da década de 1960, como retorno ao avanço da informática e das telecomunicações. Após os paradigmas em torno da informação, conceberam à Ciência da qual é objeto de estudo, modificando o trabalho dos bibliotecários, antes ligados à documentação. Independente do suporte no qual estivessem armazenados, a ordem era atentar para os conteúdos dos documentos (FERREIRA; COSTA, 2011).

Num sentido ainda mais amplo para as fontes de informação, Ferreira e Costa (2001, p. 54) refletem acerca da palavra fonte, sob a perspectiva da História:

enquanto bibliotecários e arquivistas falam em fontes de informação, os historiadores preferem utilizar o termo fontes históricas, o qual refere-se aos documentos que viabilizam a construção de narrativas a partir de evidências sobre pessoas, acontecimentos e fatos pretéritos. Assim, para os historiadores, a palavra fontes(s) possui uma carga semântica associada à noção de tempo, constituindo-se dos registros das ações do homem documentadas no passado e por meio dos quais se pode compreender a trajetória humana na história, em suas continuidades e discontinuidades [...].

O conceito de fontes foi ampliado tendo em vista que tudo é estabelecido fonte para os estudos históricos, sendo elas consideradas as mais significativas no ofício do historiador.

Mendes (2011) esclarece em um primeiro momento que, as fontes constituíram parte da história, foram criadas para determinada finalidade e razões específicas, contudo é o estudioso que o torna fonte de pesquisa. Uma escultura, uma carta, uma peça de vestuário, um poema, qualquer registro criado a partir da intervenção humana “posteriormente, pela ação dos próprios homens, são convertidos em fontes.” (MENDES, 2011, p. 206).

Em um âmbito mais restrito, A Biblioteconomia e a Ciência da Informação se remetem às fontes como ferramentas criadas ou manuseadas pelo profissional da informação para atender a procura e as necessidades informacionais dos seus usuários em qualquer unidade de informação.

Acerca da literatura especializada, Mueller (2000) classifica as fontes (ou canais) em formais e informais. As informais são utilizadas no começo do processo de pesquisa, selecionada pelo pesquisador, divulgando-as apenas por “pares” científicos, tendo em vista sua discussão nos intitulados “colégios invisíveis”. Sendo assim, o acesso a tais informações se torna restrita e limitada, geralmente momentâneas, pois tem caráter verbal, dificultando seu registro para recuperação. Os relatórios de pesquisa, textos apresentados em seminários e os anais de alguns simpósios são exemplos mais comuns.

Já as formais caracterizam-se por deter um relevante conhecimento científico, onde as informações são trabalhadas e armazenadas para uma recuperação mais eficiente. Mueller (2000) divide as fontes em primárias, secundárias e terciárias. As primárias possuem originalidade em relação ao conteúdo publicado. O autor interfere diretamente na pesquisa, nisso incluem basicamente normas técnicas, teses e dissertações, patentes, artigos científicos e trabalhos apresentados em congressos. Grogan (1995) evidencia que as fontes são desorganizadas naturalmente partindo do princípio da sua produção, controle e divulgação.

A partir desta motivação surgiram as fontes secundárias, que organizam o conhecimento disperso nas fontes primárias, facilitando sua utilização. Engloba informação sobre resultados do seu processamento ou análise documental. Mueller (2000, p. 31) aponta que essas fontes “são apresentadas pelas enciclopédias, dicionários, manuais, tabelas, revisões da literatura, tratados, certas monografias e

livros-texto, anuários e outras”. Por fim, as fontes terciárias remetem o usuário às duas primeiras fontes, resultando do tratamento (recompilação e abstração) da informação secundária e, por vezes, da informação primária, como as bibliografias de bibliografias, os serviços de indexação e resumos, catálogos coletivos, guias de literatura, diretórios, tesouros e outros (MUELLER, 2000).

Em síntese, independe do suporte onde o conhecimento esteja registrado, as fontes de informação são as intermediárias para os pesquisadores que procuram respostas para suas necessidades informacionais, independente da área.

MURGUIA (2010, p. 8) destaca que os lugares da memória têm uma dupla função: “simbólica, no sentido de representar dentro de uma cidade ou espaço dedicado à recordação social; e uma função informacional, no sentido de lembrar os acontecimentos, pessoas e lugares [...]”, por meio dos monumentos que tornam viva a memória através dos tempos. A informação registrada nos monumentos atua como instrumento fundamental na salvaguarda da memória, pois a fixação em material perene possibilita a preservação de práticas de uma comunidade. Além do mais, a informação é necessária como matéria prima indispensável no processo de (re)utilização da memória.

Nesse sentido, Buckland (1991) diz que a cultura material e até mesmo performances podem ser consideradas documentos e, portanto, devem ser incluídas entre os objetos de estudo da Ciência da Informação. Para ele, se um documento pode (ou não) ser armazenado é um interesse técnico e processual, mas não é isso que define um documento. Um documento, segundo ele, é algo que nos ensina ou informa sobre alguma coisa.

A história da documentação com Paul Otlet (1934), Suzane Briet (1951), e mais recentemente com Michael Buckland (1991), tem demonstrado as possibilidades existentes quando o campo entende o patrimônio cultural, mais especificamente os monumentos históricos como um documento, uma fonte de informação.

Em um sentido abrangente, estes autores defendem que se algo é informativo ou educativo para alguém ou um grupo de pessoas sobre alguma coisa, ele pode ser considerado um documento. Se tudo pode ser um documento, os monumentos também são passíveis de ser, logo se configuram como objeto da Ciência da Informação. Ainda nessa questão, Hopper-Greenhill (2005) afirma que desde o século XV, moedas, medalhas, estátuas, pedras preciosas, eram reunidas não somente pelo seu caráter exótico, mas porque já lhes era atribuído valor histórico.

### 3.2 A complexidade conceitual de documento

O conceito de documento e o estudo da documentação não é algo novo e para compreender melhor o conceito de documento e sua importância para esta pesquisa, foram mencionadas as visões de dois autores que são consideradas fundamentais para o entendimento da relação de documento em Ciência da Informação, que são Paul Otlet, em *Traité de Documentation* e Suzanne Briet, com uma contribuição relevante à documentação chamada *Qu'est-se que la documentation?*, assim como outros autores que contribuem no entendimento dessas abordagens.

Paul Otlet e Henry la Fontaine criaram a disciplina Documentação no século XIX, contribuindo principalmente para o estabelecimento do termo documento. Otlet (1934, p. 43, tradução nossa), em uma definição mais geral de documento, caracteriza como “um suporte de uma certa matéria e dimensão [...] em que se incluem signos representativos de certos dados intelectuais”. Vale ressaltar que na abordagem do autor, o livro não engloba outros tipos de documentos, então ele utiliza o termo “livro ou documento” na nomeação do conceito. O livro é considerado por ele o responsável pela guarda da memória humana e um dos maiores patrimônios, por ser a ponte para o conhecimento, devendo ser amplamente usado para fins de pesquisa.

Otlet (1934, p. 44, tradução nossa) apresenta parte da designação de um termo geral denominado *bilión* (bibliograma ou documento), uma unidade abstrata e intelectual que envolve todos os tipos de suportes, tais como “volumes, folhetos, revistas, artigos, cartas, diagramas, fotografias, estampas, certificados, estatísticas, incluindo discos fotográficos e películas cinematográficas”. Essa unidade intelectual se traduz na palavra pensamento e o livro (ou documento) é o meio de produção de suas utilidades.

Já na visão de Suzanne Briet (1951), a respeito do documento, que a presente pesquisa encontra uma de suas mais relevantes fundamentações teóricas. De acordo com Ortega (2010), Briet foi uma das principais continuadoras do pensamento inicial de Paul Otlet, contudo, sua abordagem leva em consideração os diversos pontos de vista com relação a diversidade dos documentos e propõe a descentralização da documentação.

Observa-se que Briet (1951, p. 7, tradução nossa) determina o termo documento de forma mais ampliada, permitindo assim, que seu significado vá além dos documentos textuais:

o documento é todo signo indicial (ou índice) concreto ou simbólico, preservado ou registrado para fins de representação, de reconstituição ou de prova de fenômeno físico ou intelectual [...] uma estrela é um documento? Um eixo levado pela torrente é um documento? Um animal vivo é um documento? Não. Mas são documentos as fotografias e os catálogos das estrelas, as pedras de um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos num Zôo.

Nesse sentido, Briet (1951) discorre sobre sua abordagem exemplificando a descoberta de uma nova espécie de antílope africano, que em seguida é levado à Europa. O acontecimento é divulgado nos meios de comunicação e gera estudos posteriores na Academia de Ciências. A seguir o animal é enjaulado e catalogado no Jardim Zoológico. Após sua morte, é dissecado e conservado no museu. Com frequência ocorre o empréstimo para exposições, registrando-o em documentos impressos (livros e enciclopédias). Daí por diante, Briet (1951) esclarece que o antílope catalogado é o documento inicial, de natureza primária e todo estudo e pesquisa que se originou dele será secundário, pela derivação.

Finalmente, verifica-se que o pensamento de Briet (1951) abre caminho para que o documento seja considerado a partir de sua importância informacional, da contribuição científica que ele pode oferecer, independente do suporte onde o conhecimento esteja armazenado.

#### 4 MONUMENTOS HISTÓRICOS DA CIDADE DE BELÉM/PA

Ao percorrermos as ruas de Belém nos deparamos com um cenário, requintado, rebuscado e, por vezes, exótico. A capital paraense está repleta de obras que estão presentes em espaços de grande circulação, pertencentes às ruas e praças, modificando as paisagens urbanas de forma permanente. São construções poéticas que se inspiram na estética francesa do período do século XVIII e que foram tecidos no período intitulado *belle époque*, período que brilhou em decorrência da produção da borracha na Amazônia e do investimento no trato com a cidade.

Trazem consigo memórias, valores políticos, celebrações de temas e personagens ligados às estruturas de poder e a própria história do Estado e do País. As esculturas monumentais em bronze, mármore ou ferro mostram, na sua maioria, assinaturas de artistas e escultores de fora do Brasil, quase sempre europeus. Junto à arquitetura há várias praças, como a Praça da República, Batista Campos, da Bandeira, do Relógio, dentre outras. Praças que guardam uma riqueza cultural: os Monumentos Públicos. Cada um deles materializa e fixa no silêncio de suas performances a memória de um fato histórico. E basta observá-los para penetrar em tempos passados, tentando escavar o limo acumulado, trazer de volta o tempo, o preciso momento em que brilhavam, polidas, na festa de sua inauguração, enquanto a multidão os observava.

Apesar desta reconhecida produção de manifestações artísticas no espaço urbano, observa-se um número escasso de estudos que possam revelar mais sobre sua memória, além de um processo intenso de intervenções, seja pela crescente urbanização, pelas pichações e grafitagens, ou pelo descaso e abandono que muitos estão submetidos na atualidade. Este trabalho busca apresentar os monumentos históricos de Belém/PA e mostrar sua importância para a formação identitária do indivíduo como parte da sociedade local e conhecer a sua história como uma valiosa fonte de informação.

Antes de destacar os principais monumentos, é necessário fazer um breve relato sobre a formação de Belém/PA.

A partir da época do descobrimento, com a instalação das capitanias e dos governadores-gerais, houve quase um completo desinteresse do governo português pela conquista da região norte do país e que não chegava a ser desconhecida por eles. Na ocasião, as terras do sul se desenvolviam de forma marcante e progressista

em relação ao resto da extensão geográfica, que permanecia sob domínio de tribos primitivas.

De acordo com Meira Filho (2015, p. 32):

piratas espanhóis e franceses, ingleses e holandeses, procuravam se instalar a qualquer preço nas terras portuguesas, esquecendo ou burlando a posse lusitana estabelecida por direito em 7 de junho de 1494, com a assinatura do Tratado de Tordesilhas.

Os limites da descoberta portuguesa não iam além da região nordeste, com algumas áreas já conquistadas como Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. As expedições portuguesas chegaram para a colonização do Maranhão, pouco cuidavam de adentrar ao norte e descuidavam-se da imensa região, que já devia ser incorporado ao patrimônio português, sendo uma oportunidade de enriquecimento fácil para outros colonos. Nesse cenário, Portugal permanecia sob o jugo da Espanha.

No Pará, antes mesmo da fundação de Belém pelos portugueses, expedições comandadas pelos espanhóis chegaram a fundar uma aldeia em Caeté (atual Bragança), além de dominarem completamente o Maranhão. Contudo, os portugueses, depois de muita luta, conquistaram as terras maranhenses. E partiram para nova etapa: a conquista do Grão-Pará.

Belém teve início no Forte do Presépio, onde de lá saíram as primeiras expedições rumo aos caminhos fluviais para a guerra contra oponentes que haviam estabelecido base de um domínio precário.

Embarcações ao comando do capitão Francisco Caldeira Castelo Branco partiram de São Luis em 25 de dezembro de 1615 rumo ao norte, chegando ao rio Pará em 12 de janeiro de 1616 e assim Belém foi fundada, que de acordo com Andrade (2004, p. 13) “Esta fortificação denominada Forte do Presépio, portal da Amazônia ao tempo em que Portugal e Brasil estavam no domínio espanhol passa a ser ponto obrigatório de passagem ao interior da região”.

Andrade (2004) explica que para impedir a penetração estrangeira pela região norte do domínio português, foi fundado um fortim de madeira chamado Presépio, em uma das bocas do Amazonas. Como imposição da colonização militar, nasceu o povoado junto ao Forte do Presépio, expandindo-se para áreas circunvizinhas. Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará ou somente Santa Maria de Belém tornou-se sede da então Feliz Luzitânia.

Para dar ênfase na cidade, Andrade (2004, p. 13,14) discorre sobre suas principais características geográficas:

Belém cidade do Norte do Brasil capital do Estado do Pará, sua situação geográfica junto das Bocas da foz do Amazonas está em posição privilegiada em relação à Amazônia, da qual é a porta de entrada a cerca de 130 km do oceano atlântico as margens da Baía do Guajará formada pelo rio Pará. As águas da Baía são bastante calmas ao contrário do que acontece das embocaduras principais do Amazonas, por isto mesmo seu porto passa por toda navegação que se destina no interior da Amazônia contornando a grande ilha do Marajó através do Auro de Breves, Belém é edificada e formada pelo rio Guamá e pela Baía do Guajará uma cidade plana com altitudes fracas que variam de 6 (seis) a 8 (oito) metros acima do nível do mar formando um tabuleiro que caem nas vizinhanças devido a presença de uma barreira 2,5 metros de altura, alguns igarapés como o do Uma e das Almas que desembocam na Baía do Guajará e no Rio Guamá. Situada a pouco mais de um grau de latitude sul, Belém apresenta clima quente e úmido com uma constância de temperatura. Pois as chuvas de Belém são frequentes o ano todo registrando o mês mais seco em outubro. Belém tem a consequência direta do clima, é coberto por floresta do tipo equatorial, o calor forte e uma insolação obrigou a arborização em novos trechos da cidade com mangueira.

Ainda no viés da fundação de Belém e posteriormente seu crescimento, Cruz (1945) relata que para impedir que o inimigo se apossasse da então Santa Maria de Belém, os marcos geográficos da capitania expandiram-se para além das divisas convencionadas. Enquanto os colonos iam desbravando caminho para o interior de Belém, junto a eles vinham os religiosos. Dessa forma, levantam-se os primeiros templos católicos, surgindo o das Mercês, em 1640, pouco depois os Carmelitas calçados davam início ao seu convento por meio de terras doadas pelo Capitão-mór Bento Maciel Parente. O Palácio da Residência, onde se alojavam os capitães-generais, surgiu no século XVIII.

O autor conta que após algum tempo, o governo de Telo Menezes erigiu o primeiro monumento em Belém. A partir de então edifícios de sacadas de ferro, balcões modelados em Portugal por profissionais requisitados e fachadas ricas em azulejos, foram surgindo para dar colorido ao cenário da época. O Senado da Câmara já havia obtido à sua primeira légua patrimonial. Sugiram mais igrejas, novo prédios. A administração pública instalava todos os serviços que a vida colonial necessitava. A Câmara publicava o código de posturas, a vida social tomava maior expressão. A imprensa apareceu com o "Paraense", órgão de Patroni e Batista Campos. Nisto, ergueram-se contendas políticas, foi quando houve destaque no cenário provinciano as figuras como Patroni, Batista Campos, dos Romualdos, de Angelim, dos Vinagres, de Prudêncio Tavares, de Oliveira Belo, de Boaventura da Silva. A província pode

prosseguir sua evolução após o evento conflituoso que teve seu desfecho com a cabanagem. A luta contra o elemento servil, a propaganda republicana, deram oportunidade para registros da história regional no século XIX.

O motivo principal para se erigir monumentos em Belém se justificava na dívida de gratidão do povo para com os homenageados ou a representação da contribuição para o progresso da região e do país. A partir deste cenário de desenvolvimento da cidade, o efeito que se pretendia, era a perpetuação da memória por meio destes monumentos representando fatos históricos e nomes importantes da época, bem como o desejo de preencher os espaços vazios da cidade com equipamentos que pudessem proporcionar salubridade e beleza ao espaço público, que serão apresentados a seguir.

#### **4.1 Praça da República: monumento à república**

Em uma das maiores e mais importantes praças de Belém do Pará, no bairro da Campina, foi construído o monumento à República.

O monumento teve várias atribuições e denominações. Segundo Miranda (1986) a priori foi chamado de Largo da Campina e, posteriormente, com a construção de um armazém para guardar pólvora, passou a ser o Largo da Pólvora. Também neste largo foi instalada uma forca, contudo não há registro de execuções. Lá também existiu um cemitério para sepultamento de escravos em cova rasa.

O autor ainda relata que o local recebeu o nome de Praça Pedro II na época do Império e, ainda neste período, iniciou-se a lenta urbanização desta área, com a inauguração em 1878 do Teatro de Nossa Senhora da Paz, atualmente Teatro da Paz. Foi batizada de Praça da República em homenagem à nova forma de governo, no final do século XIX. O Monumento à República atualmente, está ainda cercado pelo Teatro Waldemar Henrique e o Instituto de Ciências da Arte da Universidade Federal do Pará, ambos erguidos também na praça. De acordo com o Álbum Belém da saudade (1998, p. 150) “Monumento à República, confeccionado pelo escultor genovês Michele Sansebastiano, que marcou a comemoração do oitavo aniversário de implantação do regime republicano no Brasil.”

Fotografia 1 – Monumento à República: marco de uma nova era política



Fonte: Monumentos de Belém, (2017).

A inauguração do monumento é relatada por Cruz (1945, p. 25):

e assim foi que a 15 de novembro de 1890, ficou assentada, na então Praça Pedro II, antigo largo da Pólvora e hoje, Praça da República, a pedra fundamental do monumento, tendo comparecido à cerimônia as autoridades civis, militares e eclesiásticas e grande massa popular.

Cruz (1945) descreve o monumento que foi inaugurado em 1897, com uma altura total de 20 metros, feito em mármore de Carrara e bronze, seu conjunto escultórico foi erguido sobre quatro degraus, um pedestal de quatro faces e uma coluna dórica. No alto da coluna está à figura principal, a Marianne, com as insígnias revolucionárias da sua identidade, representando a República.

Vê-se sobre o pedestal a figura de um gênio alado, de 6,70 m de altura até a ponta do estandarte da República por ele levantado. O gênio apoia-se em um leão, que simboliza a força.

Representada por uma mulher sentada sobre livros retratando a História. Ela tem cinco metros de altura, registra em uma página do livro, sustentado por um

gênio, a data em que a República foi proclamada. Sentados nas laterais do monumento estão dois gênios, com 2,6 metros de altura cada. Eles apresentam nas mãos tarjas, em uma a probidade e em outra, união. Nas laterais do pedestal foram inseridas as datas, nomes e placas de autoridades e personalidades.

## 4.2 Monumento ao Índio

Na praça popularmente conhecida como Praça Brasil, cujo nome atual é Praça Santos Dumont, que segundo Cruz (1963, p. 519) “está levantado o monumento ao índio. Homenagem a formação da nacionalidade. Inaugurada a 1 de maio de 1933. A estátua é de bronze sendo o pedestal de granito”.

Andrade (2004) conta que em 1905, a estátua foi encomendada, na Alemanha, por Francisco Monteiro, um dos herdeiros de uma das maiores lojas de ferragens da época: Loja Guarani. Esta, situava-se na Rua 15 de novembro, bairro da Campina.

Sua criação foi pensada como tributo ao escritor José de Alencar e ao Maestro Carlos Gomes, por terem criado as obras (um livro e uma ópera) chamadas “O Guarani”. Assim como relembra a “[...] formação étnica da nacionalidade que ali se achava simbolizada pela estátua do Índio Guarani e pelo formato da bandeira auri-verde [...]” (CRUZ, 1945, p. 99).

Andrade (2004, p. 130) destaca suas características:

No alto do pedestal está a estátua de um índio Guarani, que de pé, tendo na mão direita o arco e na esquerda a flecha, olha em direção à Baía do Guajará. Localizada no antigo Largo do Esquadrão, depois Praça Brasil e hoje Praça Santos Dumont, o monumento foi inaugurado em 1 de maio de 1933 na época do governo do interventor federal, major Magalhães Barata [...].

Ainda sobre as características do monumento, Amaral (1978), observa-o e descreve o estado atual em que se encontra a escultura, o pedestal, a figura imponente de um índio com um olhar, como que desafiasse o horizonte. De pé, corpo esguio, a perna direita pende-lhe para frente, na altura do joelho, como se seu andar tivesse sido congelado por um encanto. A perna esquerda permanece firme e ereta. Na mão esquerda segura supostamente uma lança, como que pronto para enfrentar qualquer obstáculo ou ameaça. Na direita segura um objeto não identificado. Na cabeça um cocar, aparentemente na forma de dentes de animais. Cingi-lhe a cintura

uma espécie de tanga de penas, possuindo nos braços e pernas adereços também do mesmo material, semelhante a braceletes.

Fotografia 2 – Monumento ao Índio



Fonte: Monumentos de Belém, (2017).

Ainda sobre as características do monumento, Amaral (1978), observa-o e descreve o estado atual em que se encontra a escultura, o pedestal, a figura imponente de um índio com um olhar, como que desafiasse o horizonte. De pé, corpo esguio, a perna direita pende-lhe para frente, na altura do joelho, como se seu andar tivesse sido congelado por um encanto. A perna esquerda permanece firme e ereta. Na mão esquerda segura supostamente uma lança, como que pronto para enfrentar qualquer obstáculo ou ameaça. Na direita segura um objeto não identificado. Na cabeça um cocar, aparentemente na forma de dentes de animais. Cingi-lhe a cintura uma espécie de tanga de penas, possuindo nos braços e pernas adereços também do mesmo material, semelhante a braceletes.

O autor relata ainda que seu pedestal foi feito de granito, cuja arquitetura é de pedras em forma aproximada de cubos sobrepostos, de quase três metros de altura, aproximadamente, assemelhando-se a uma pequena torre. Nele há quatro objetos cravados frontalmente. De cima para baixo estão os seguintes: um suposto símbolo que já não existe no lugar; duas placas, sendo uma de mármore e outra de

material semelhante ao aço; e um disco de ferro. Neles estão escritos “Placa de inauguração”, em que se lê: inauguração em 1º de maio de 1933 – Interventor Federal Major Magalhães Barata. Prefeito Municipal Abelardo Condurú. Na Placa frontal se lê: Praça Santos Dumont, O Primeiro Comando Aéreo Regional (I Comar) e o jornalista paraense Thiago Luiz Barata Filho, sócio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), dedicam esta placa sob Título “Praça Santos Dumont, Em Homenagem ao Marechal-do-ar Alberto Santos Dumont, Pai da Aviação e Patrono da Aeronáutica Brasileira, por ter realizado no dia 23/10/1906, em Paris (França), o Primeiro voo com aparelho mais pesado que o ar, Denominado 14-Bis”. Inaugurada em 23 de outubro de 1998.

### 4.3 Monumento ao General Gurjão

Está localizado na Praça Dom Pedro II, no Centro histórico de Belém. Desse monumento pode-se avistar a Prefeitura de Belém, a Assembleia Legislativa, a Praça Siqueira Campos, também conhecida como Praça do Relógio e próximo ao Complexo do Ver-o-Peso e vários museus. Da praça pode-se vê-lo bem destacado, que em concordância com o Álbum Belém da saudade (1998) “está localizado ao centro da praça. Estátua em bronze, executada em Portugal por Germano José de Salles e inaugurado em 1882”.

Fotografia 3 – Monumento ao General Gurjão: Homenagem e teatralização do conflito



Fonte: Monumentos de Belém, (2017).

De acordo com Cruz (1945) foi inaugurada por conta da adesão do Pará a Independência, em 15 de agosto de 1882, doze anos após ter sido apresentada a proposta de construção da homenagem ao militar paraense que combateu na Guerra do Paraguai.

Cruz (1945, p. 14) ainda evidencia as características e conceitos do monumento:

de sua base, a estátua do General Gurjão mede o monumento de 15 metros, sendo 12 de pedestal e 3 de estátua. Os seus quatros ângulos avançados medem 1,25 metros de altura.

Sobre cada ângulo repousa um leão coo símbolo de força. Nos quatros ângulos entestam cinco degraus, que perfazem a referida altura, servindo-lhes de apoio o plinto e passeio, que determinam a extensão total de sua base, na largura de 12 metros.

Andrade (2004, p. 129) relata o momento da inauguração do monumento:

A quinze de agosto de 1882 ocorreu a inauguração, com grandes festejos, desde “te-déum” na igreja do Carmo, salva de canhões da fortaleza da Barra, muitos hinos marciais e alforria a vinte e três escravos. Era o presidente do Pará o Barão do Marajó, José Coelho da Gama e Abreu.

A inscrição maior delas tem o seguinte texto: “Tributo de reconhecimento da Província do Pará ao seu mais ilustre filho na Guerra do Paraguai”. Desde 1865 até 1870. Mandado erigir em virtude das leis provinciais de dois de setembro de 1870.

O monumento é uma homenagem aos paraenses que colaboraram para a vitória da Tríplice Aliança na Guerra contra o Paraguai, em especial o General Hilário Maximiano Antunes Gurjão, na rua que traz o seu nome, no bairro da Campina. Após muitos anos de carreira militar, desde seu alistamento para a luta contra o movimento da Cabanagem, o militar morreu em combate na Guerra do Paraguai, no dia 17 de janeiro de 1869, atingido por um tiro na Batalha do Itororó que, segundo Andrade (2004) imortalizou-se por uma frase que ficou famosa: “Veja como morre um general brasileiro!”.

#### **4.4 Monumento à Lauro Sodré**

Localizado na Praça Floriano Peixoto, bairro de São Brás, na confluência das avenidas Magalhães Barata, José Bonifácio e Almirante Barroso.

De acordo com a descrição de Andrade (2004, p. 125):

Foi inaugurado no dia 10 de junho de 1959. Encomendado pelo governador Magalhães Barata para comemorar os 100 anos de nascimento daquele republicano histórico. Barata morreu no dia 29 de maio, sendo sepultado a 2 de junho (data em que seria inaugurado o monumento). Assim foi o governador Luiz Geolar de Moura Carvalho quem presidiu a solenidade.

A estátua de Lauro Sodré, traz a figura de um homem sentado, em meditação. Cruz (1973) detalha o monumento que está situada sob uma cobertura e sobre um espelho d'água. A escultura e o conjunto remetem à figura e aos feitos do líder político homenageado, que foi governador do Pará por duas vezes, de 1891 a 1897 e de 1917 a 1921. Nasceu em Belém e faleceu no Rio de Janeiro. Foi militar e político republicano, sendo fundador do Partido Republicano no Pará e o primeiro a governar o Estado após a promulgação da primeira Constituição republicana, em 1891.

Fotografia 4 – Monumento à Lauro Sodré



Fonte: Monumentos de Belém, (2017).

O Autor ainda destaca o segundo grupo escultórico, onde, em um mural, estão três figuras em bronze, que representam o Trabalho, à esquerda, as Artes, à direita, e a República ao centro. O mural está ligado a uma escada e situa-se entre o primeiro e o terceiro grupos escultóricos.

O terceiro grupo é constituído por um obelisco com 20 metros de altura. Na parte superior está a Vitória, figura em alumínio que possui 5,30 metros de altura. Pode-se circular pelos três grupos que se encontram na praça, que também é constituída de partes ajardinadas.

A história do monumento reativa a conexão entre duas lideranças políticas do Pará, Lauro Sodré, o homenageado, e Magalhães Barata, idealizador da homenagem. Duas personalidades que se tornaram imortalizadas pelas lembranças que se avizinham na paisagem arquitetônica e urbanística de São Brás, seja pelo conjunto monumental, seja pela construção memorial, erguido em homenagem ao próprio Magalhães Barata.

#### 4.5 Monumento a José da Gama Malcher

Na área comercial tradicional de Belém está o monumento em homenagem a José da Gama Malcher, localizado no centro da Praça Visconde do Rio Branco, anteriormente conhecida como Largo das Mercês, em referência à igreja de mesmo nome, ainda hoje situada em frente ao logradouro, situado na confluência da travessa Frutuoso Guimarães com as ruas Gaspar Viana e Santo Antônio.

Fotografia 5 – Monumento à Dr. Gama Malcher



Fonte: Monumentos de Belém, (2017).

Na descrição de Cruz (1945), José Da Gama Malcher foi médico conhecido em Belém, onde faleceu em 1882, portanto poucos anos antes da encomenda ter sido aprovada por lei pela Câmara Municipal da capital, em 15 de março de 1889, custeada pelo Executivo do município. Nascido em Monte Alegre, no Pará, cursou medicina na Bahia, foi em Belém que fez sua carreira, exercendo a profissão na Santa Cassa de

Misericórdia e no Hospital Beneficente Portuguesa. Tornou-se especialmente conhecido por ações de vacinação e por ajudar aos necessitados.

Quando se adentra as suas características, Cruz (1963) retrata que o monumento possui cerca de oito metros de altura, incluindo o pedestal, apresenta escultura de dois homens, em bronze, feitas pelo artista Armand-Pierre Cattier em Bruxelas, na Bélgica, onde também foi fabricado o pedestal de 5,25 metros de altura, este feito na cidade de Ecaussinnes. Representam a relação de gratidão do povo paraense, na pessoa à frente, perante ao homenageado, no alto.

A pedra fundamental da obra foi lançada em 21 de julho de 1889, tendo sido concluída e inaugurada poucas semanas depois, em 15 de agosto de 1889 conforme relata Andrade (2004):

a solenidade da pedra fundamental foi na manhã de 21 de julho de 1889, ato que contou com a presença do Conde D'Eu, marido da princesa Isabel, herdeira do trono brasileiro. E, logicamente, todas as autoridades da terra fizeram-se presentes, a começar pelo presidente da província em exercício, José de Araújo Roso Danin. O bispo Dom Macedo Costa benzeu o local e muitos discurso fora proferidos.

Na frente do pedestal está a figura de um homem despido, sentado e apoiado sobre um conjunto de figuras representativas da flora paraense. O sujeito aparenta escrever sobre o pedestal o nome do médico homenageado. Estas alusões levam a refletir sobre o ato da homenagem, onde um representante do povo, e mais especificamente dos beneficiados dos atos médicos toma iniciativa de eternizar a gratidão.

## 5 MONUMENTOS DE BELÉM/PA COMO FONTE DE INFORMAÇÃO HISTÓRICA

A partir de estudos no âmbito da Ciência da Informação percebe-se que nela há um caráter interdisciplinar encontrado na complexidade do termo “informação” que possibilitará sua associação a temática proposta neste trabalho: os monumentos históricos de Belém/Pa.

É importante fazer uma ressalva sobre monumento, que de acordo com Le Goff (2003, p. 526) “Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, colha do historiador”, isto é, a produção de uma sociedade e o legado assim deixado por ela. Desta forma, os monumentos valem-se de um suporte registrado pela memória humana para que outras gerações obtenham acesso à informação e formação identitária.

Ainda no sentido de fonte de informação à contextualização de documento, Paul Otlet (1934) diz que é “[...] uma força profundamente social, como um centro de um complexo processo de comunicação, acumulação e transmissão de conhecimento”, ou seja, documento não é somente registro textual, mas também os imagéticos e sonoros, os artefatos e objetos, e também estão inclusos os monumentos. Pois esses documentos contêm informações e são produtos sociais construídos artificialmente pelos homens em um vínculo de relação entre dominantes e dominados.

Finalmente, Miranda e Simeão (2002) afirmam que o suporte é a parte tangível e manipulável, ou seja, é o produto físico, local em que a mensagem está registrada.

Os monumentos aqui estudados ao desvencilhar-se do período das inaugurações, desdobra-se em outras dimensões analíticas. Como sabemos, desde a sua gênese, o monumento caracteriza-se pela intenção de resguardar a memória e em razão da própria composição material, presume-se que seja perpetuado na linha do tempo. Quando estudado no presente, dá abertura a várias discussões, como é o caso da pesquisa de Maria Lizete Sobral que trata da memória dos engraxates da Praça D. Pedro II, a partir das relações que eles mantêm com o espaço público, e dos significados atribuídos à praça por estes indivíduos que desenvolvem uma atividade comercial em vias de extinção. O perímetro de análise do estudo da autora inclui o monumento erguido no centro da praça em homenagem ao General

Gurjão, um dos monumentos estudados na presente monografia. Enfatizando este argumento, Gastal (2006) afirma que história e a identidade são questões urbanas que se materializam no monumento, estando este intimamente ligado à cidade.

Verifica-se, portanto que os monumentos históricos de Belém são fontes de informação preciosa para o entendimento ao contexto social do povo local, representam o passado, contam a história da sociedade belemense e seus valores retratam aspectos culturais e sociais desde o período colonial, chegando na Revolta da Cabanagem e Belle Époque, até os dias atuais e são transformados em fontes de pesquisa, ao qual se retira do monumento analisado a sua significação.

Após a visualização dos monumentos históricos neste trabalho, entende-se que o conceito atribuído a um documento pode ser maior do que aquele visto nas academias da Ciência da Informação, pois o suporte onde a informação está registrada traz consigo a história de um determinado período, enfatizando as edificações ao longo do desenvolvimento de Belém. Possui características distintas dos documentos tradicionais abordados pela Documentação e Ciência da Informação, defendidas por inúmeros autores que formaram o arcabouço teórico da ciência informacional e histórica.

Acerca da relação direta existente entre informação patrimonial e informação histórica, nota-se que existe uma estreita união entre aquilo que em algum período foi edificado com o valor historiográfico que esses representam para a preservação da memória humana.

Neste contexto, torna-se válido atribuir a um monumento o *status* de documento histórico justamente por preservar as memórias da sociedade belemense. Esses documentos se configuram como verdadeiros tesouros aglutinadores de informações originais, logo, no sentido biblioteconômico, podem ser caracterizados como legítimas fontes de informação primárias. Aquelas que representam e transmitem conhecimento para gerações vindouras, caracterizando fontes para a compreensão das estruturas socioculturais e políticas dos contextos sociais, simbólicos e culturais das populações passadas em Belém.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os monumentos históricos como fonte de informação são de suma importância no processo de ressignificação da memória, pois são elementos que contribuem na formação de sujeitos conscientes possibilitando uma visão crítica empreendida numa história ou cultura. Diante deste cenário, o patrimônio cultural deve ser envolvido numa estrutura discursiva, buscando sempre revelar os significados para sua constituição enquanto artefato de valor memorial.

Vale ressaltar que os monumentos são tipo de documentos com relevantes informações acerca do passado, buscando explicar a ligação direta entre informação e patrimônio, tendo em vista que estes caracterizam documentos de grande valor histórico e que precisam ser disseminados garantindo uma memória coletiva da cidade.

A partir das várias conceituações adotadas, entende-se que os monumentos enquanto fonte, precisa ser disseminada, tanto para a geração de novos conhecimentos no campo científico, quanto para que a preservação da memória seja efetivada ou simplesmente para entender o passado de um povo retratado por meio do patrimônio edificado, cujo conhecimento é direito de todos os cidadãos. Assim, percebe-se a relevância do Bibliotecário no processo de disseminação da informação patrimonial, pois possui o domínio sob ferramentas criadas para esse fim. Tarefas como preservação, organização, representação da memória patrimonial, possibilitam a criação de sistemas e banco de dados para o armazenamento de conteúdo retirado dessas edificações e imagens, no intuito de salvaguardar as informações e a história oriundas dos monumentos.

Em virtude dos fatos históricos mencionados nesta monografia, como o período colonial, a formação de Belém, a Belle Époque, figuras renomadas por feitos heroicos, chegando até a atualidade, entende-se que os monumentos históricos da cidade de Belém são ricas fontes de informação como herança deixada pelo gerações passadas, trazendo a memória acontecimentos que contribuíram para o desenvolvimento da cidade e do país, formando a identidade cultural do povo local e uma promoção de desenvolvimento humano para uma perspectiva de respeito e valorização dos patrimônios históricos.

Dessa forma, os monumentos históricos de Belém trazem consigo fontes de informação preciosas para o entendimento do contexto social do povo local,

representando o passado, contando a história da sociedade belemense e seus valores, retratando assim aspectos culturais e sociais desde o período colonial, podendo ser transformados em fontes de pesquisa, ao qual se retira do monumento analisado a sua significação.

## REFERÊNCIAS

**ÁLBUM BELÉM DA SAUDADE:** a memória de Belém do início do século em cartões-postais. 2. ed. rev. aum. Belém: Secult, 1998. 278 p. Disponível em: <https://fauufpa.files.wordpress.com/2015/03/belc3a9m-da-saudade.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

AMARAL, Fernando Medina do. “**O Guarani**”. Jornal O Liberal, 7 de maio de 1978, 2º caderno, p. 23.

ANDRADE, Paulo de Tarso. **Belém e suas histórias de Veneza paraense a Belle Époque**. 2. ed. Belém: Kanga, 2004. 184 p.

ARAÚJO, Vânia M. R. Hermes de; FREIRE, Isa Maria. A rede internet como canal de comunicação, na perspectiva da Ciência da Informação. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 45-55, maio/ago. 1996

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Signo, sinal, informação: as relações de construção e transferência de significados. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 1-13, jul./dez. 2002.

BELÉM. **Lei nº 7709, 18 de maio de 1994**. Dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do município de Belém e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal, 1994. Disponível em: <file:///C:/Users/evyll/Documents/TCC%20LEITURAS/Educa%C3%A7%C3%A3o%20patrimonial/lei%20municipal%20de%20bel%C3%A9m%20pat%20hist.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

BEZERRA, José Ricardo de Cruz. **O Patrimônio Histórico no Ensino de História**. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Metodologia do Ensino de História) - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro gráfico, 1988. p. 126. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/536043/CF88\\_EC99\\_livro.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/536043/CF88_EC99_livro.pdf). Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasil: Presidência da República, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm). Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005**. Acrescenta o § 3º do art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional da Cultura. Brasil: Presidência da República, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc48.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc48.htm). Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_n\\_378\\_de\\_13\\_de\\_janeiro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf). Acesso em: 1 maio 2019.

BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Édit – Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. Disponível em:

<http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, P. 351-360, 1991. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2532319/mod\\_resource/content/1/Informa%C3%A7%C3%A3oComoCoisa.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2532319/mod_resource/content/1/Informa%C3%A7%C3%A3oComoCoisa.pdf). Acesso em: 24 jun. 2019.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 241 p.

CAPURRO, R. **Information**: Ein Beitrag zur etymologischen und ideengeschichtlichen begründ des informations begriffs = Information: a contribution to the foundation of the concept of information based on its etymology and in the history of ideias. Munich: Saur, 1978.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. Tradução de Ana Maria Pereira Cardoso, Maria da Glória Achtschin Ferreira e Marco Antônio de Azevedo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. 3. ed. [São Paulo]: Estação Liberdade: Ed. UNESP, [2006]. 282 p.

CORDEIRO, Veridiana Domingos. Influências de Émile Durkheim e Henri Bergson nas tensões da teoria da memória coletiva de Maurice Bulwachs. **Primeiros estudos**. São Paulo, n. 4, p. 101-111, 2013. Disponível em:

<http://www.revista.usp.br/primeirosestudios/article/view/56729>. Acesso em: 2 maio 2019.

CRUZ, Ernesto Horácio da. **Monumentos de Belém**. [Belém]: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária], 1945 v. 1.

\_\_\_\_\_. História do Pará. 1963. V. 2. (Coleção Amazônia, José Veríssimo). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/99>. Acesso em: 3 maio 2019.

\_\_\_\_\_. História de Belém. 1973. V. 1. (Coleção Amazônica, série José Veríssimo).

DAVENPORT, Thomas, PRUSAK, Lawrence. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

ELIAS, Norbert. Sociogênese do conceito de Civilization na França. In: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, P. 51-64.

FERREIRA, Rubens da Silva; COSTA, Érica Elaine. Compreendendo a imigração espanhola no Pará (1896-1899): um estudo a partir das passagens grátis como fontes de informação = Understanding Spanish immigration in Pará (1896-1899): a study of free tickets as sources of informatio. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 51-61, jan./abr. 2011

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo; FUNARI, Raquel dos Santos. Educação Patrimonial: teoria e prática. In: SOARES, André Luis Ramos (Org.). **Educação Patrimonial**: teoria e prática. Santa Maria: UFSM, 2007. cap. 1. p. 11-23.

GASTAL, S. **Alegorias urbanas**: o passado como subterfúgio. São Paulo: Papirus, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995.

GUIMARÃES, Juliana Pita. Competência constitucional dos municípios em matéria ambiental. In: GUIMARÃES, Juliana Pita. **O direito ambiental das cidades**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p.

HOOPER-GREENHILL, E. **I musei e la formazione del sapere**: le radici storiche, le pratiche del presente. Milano: Il Saggiatore, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LOPES, Luís Carlos. **A imagem e sombra da arquivística**. Rio de Janeiro; Montreal: Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.

MEIRA FILHO, Augusto. **Fundação histórica de Belém do Grão-Pará, 1616-1823**. 2. ed. Belém: M2P Arquitetura e Engenharia, 2015. 580 p.

MENDES, Cladinei Magno Magre. A importância da pesquisa de fontes para os estudos históricos. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 33, n. 2, p. 205-209, July/Dec. 2011.

MENEZES, José Newton Coelho. **História & turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MONTEIRO, Silvana; CARELLI, Ana; PICKLER, Maria Elisa. Representação e memória no ciberespaço. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 115-123, set./dez. 2006.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ciência da Informação**. v. 29, n. 1, jan./abr. 2000.

MIRANDA, S.; SIMEÃO, E. A conceituação de massa documental e o ciclo de interação entre tecnologia e o registro de conhecimento. **Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação**. 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/miranda-simeao-conceituacao-massa-graficos-final.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

MITHEN, Steven J. **A pré-história da mente**: uma busca da origem da arte, da religião e da ciência. São Paulo: UNESP, 2002. 425 p.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CEDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 21-34.

MURGUIA, Eduardo Ismael (Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos, SP: Compacta Gráfica e Editora, 2010. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/62876792/memoria-um-lugar-de-dialogo-para-arquivos-bibliotecas-e-museus>. Acesso em: 1 maio 2019.

\_\_\_\_\_, Percepções e aproximações do documento na historiografia, documentação e ciência da informação. In: CRIPPA, G.; MOSTAFA, S.P. (Org.). **Ciência da informação e documentação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011. Cap. 3, p. 37-52.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ORTEGA, Cristina Dotta. Sobre a configuração histórica da noção de documento em Ciência da Informação. In: FREITAS, Lídia Silvia de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (Org.). **Documento**: gênese e contextos de uso. Niterói: EdUFF, 2010. p. 57-80.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre – Théorie et pratique. Bruxelles: Editions Mundaneum, 1934. Disponível em: [http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite\\_de\\_documentation\\_ocr.pdf](http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf). Acesso em: 08 jun. 2019.

PIERRE, Nora. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: [https://www.academia.edu/3351738/Entre\\_mem%C3%B3ria\\_e\\_hist%C3%B3ria\\_a\\_problema%C3%A1tica\\_dos\\_lugares](https://www.academia.edu/3351738/Entre_mem%C3%B3ria_e_hist%C3%B3ria_a_problema%C3%A1tica_dos_lugares). Acesso em: 1 maio 2019.

ROBREDO, J. **Documentação de hoje e de amanhã**: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas. 4. ed. rev. ampl. Brasília, DF: Edição do autor, 2005.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. **A proteção do patrimônio cultural**: competências constitucionais municipais e o direito de construir regulado pela lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade). Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3160>. Acesso em: 3 maio 2019.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 49-58. Disponível em: [http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/15-memoria-e-patrimonio\\_ensaios-contemporaneos.pdf](http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/15-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf). Acesso em: 1 maio 2019.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; CARVALHO, Angela Maria Grossi de. Sociedade da informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 19, n. 1, p. 45-55, jan./abr. 2009.

SOBRAL, Maria Lizete Sampaio. **Guardiões da memória na Praça D. Pedro II**. Belém: UFPA, 2006 (Dissertação de Mestrado apresentado à Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Sociais).

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e proteção jurídica**. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1997. 140 p.

TEIXEIRA, Clotilde Avellar; REIS, Alcenir Soares dos. Informação e patrimônio cultural imaterial: uma proposta de cidadania digital. **Revista Eptic**, v. 15, n. 2, p. 200-215, maio/ago, 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/949>. Acesso em: 20 abr. 2019.

TELLES, Leandro Silva. **Manual do patrimônio histórico**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1977.

UFPA. **Monumentos de Belém**. [S.l.], (2017). Disponível em: <http://www.monumentosdebelem.ufpa.br>. Acesso em: 2 maio 2019.